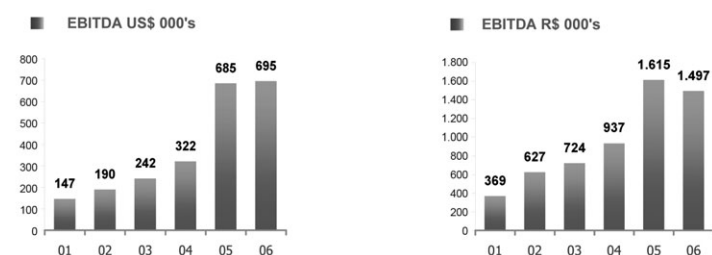


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2006

EBITDA
Em 2006, o resultado do EBITDA em dólares americanos foi superior aos valores de 2005, atingindo US\$695 milhões (R\$1,497 bilhão).

Embora o resultado do EBITDA em dólares americanos tenha sido, em 2006, 1,5% superior ao comparado ao ano anterior, o resultado em Reais apresentou variação oposta. As principais razões para a queda de 7,3% no resultado do EBITDA foram a apreciação do Real em relação ao Dólar, que mitigou os ganhos com o maior volume de vendas, a queda no preço do principal produto (pelotas -3%) e alterações no mix de vendas ocasionado por maior demanda por pelotas de alto forno em 2006.

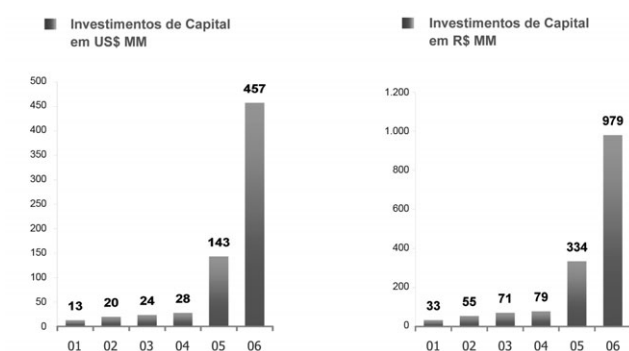
Adicionalmente vale destacar o acordo com a Shanghai B.M. Import & Export Co. Ltd. e o maior impacto nos custos decorrentes da alta dos preços de alguns dos principais insumos e matérias-primas utilizadas no processo produtivo.



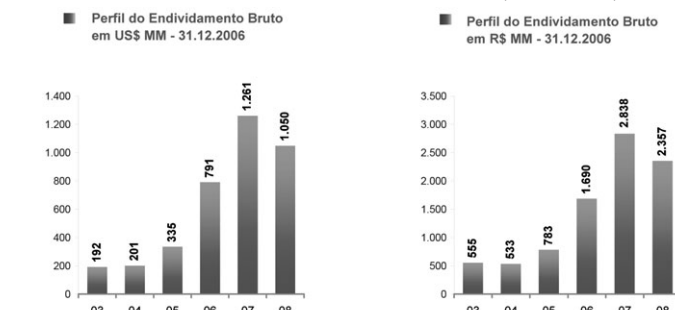
Investimentos

Em 2006 o desembolso relacionado a investimentos totalizou R\$979,1 milhões (US\$457,3 milhões), destacando-se R\$940,0 milhões (US\$437,8 milhões) com o Projeto Terceira Pelotização. Os maiores gastos relacionados ao projeto são referentes à tubulação do mineroduto, construção e montagem do mineroduto, construção do forno de pelotização e correias transportadoras nas unidades de Germano e Ponta Ubu.

Ressaltamos, também, o investimento com campanha de sondagem R\$10,4 milhões (US\$4,5 milhões), aquisição de 3 (três) correias de bancada de R\$6,2 milhões (US\$2,9 milhões); aquisição de 2 (duas) bombas de vácuo de R\$4,1 milhões (US\$1,9 milhão), recuperação de materiais refratários R\$4,0 milhões (US\$1,8 milhão), a continuidade do atendimento do dique de empilhamento a jusante de R\$2,2 milhões (US\$1,0 milhão), investimentos em PIG de medição R\$2,3 milhões (US\$1,1 milhão) e a segunda etapa da recuperação da cava de Germano, de R\$1,9 milhão (US\$0,9 milhão).



Endividamento
O início do novo ciclo de investimentos consolidado pela empresa no último ano, com a aprovação do Projeto Terceira Pelotização, foi o responsável pela elevação do perfil de endividamento da empresa, encerrando o ano de 2006 com um endividamento de US\$791 milhões (R\$1,690 bilhão)



Para o projeto de expansão, a Samarco levantou junto ao mercado nacional e internacional operação de Pagamento Antecipado de Exportações com garantia de recebíveis de exportação no montante total de US\$800 milhões, dividida em 2 tranches de 5 e 7 anos, com 3 e 5 anos de carência, respectivamente. A operação será amortizada de 2010 a 2013, com fundos originados da própria operação da expansão.

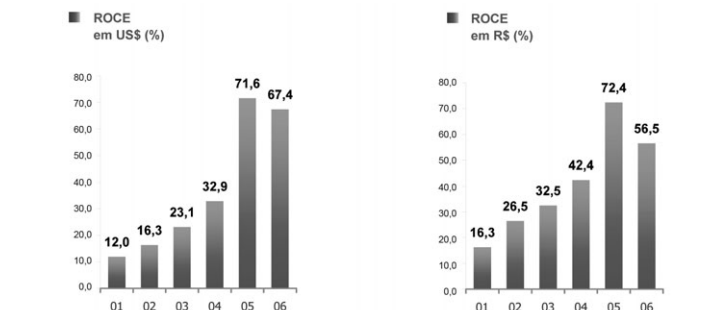
O aumento de 126,8% no endividamento líquido em relação ao valor de 2005, ocasionado principalmente pela captação de recursos de longo prazo utilizados para financiar o projeto de expansão, e a queda na geração de caixa devido ao menor faturamento, bem como o aumento nos custos de matérias primas e insumos, impactou negativamente a razão Dívida/EBITDA em 1,1x em 2006 contra 0,5x no ano anterior.

Endividamento

	2006	2005	2004	2003	2002	2001
Dívida Bruta (US\$ MM)	791	335	201	192	208	271
Dívida Líquida (US\$ MM)	728	321	193	183	164	286

Retorno sobre o Capital Empregado (ROCE)

O retorno sobre o capital empregado em dólares foi de 67,4% em 2006, apresentando um resultado inferior ao obtido em 2005 na casa dos 71,6%. Em reais, o resultado acompanhou o desempenho na moeda brasileira apresentando uma redução de 72,4% em 2006 para 56,5% em 2005.



Agradecimento

O ano de 2007 será especial para a Samarco, que completa 30 anos de operações. Temos muitos motivos para comemorar, como o baixo índice de acidentes, que em 2006 superou nossas melhores expectativas; o avanço de nossa atuação em rede, mediante a formação de alianças intersetoriais junto às comunidades do nosso entorno; mais um ano de produção e vendas recorde, entre outras conquistas.

O ponto máximo desta celebração será a inauguração da terceira usina de pelotização - no início de 2008 - o primeiro de muitos avanços que nos levarão a cumprir a Visão Samarco 2020, de alcançar um faturamento de US\$3 bilhões, sustentado por práticas de excelência empresarial e dentro do mais elevado conceito de desenvolvimento sustentável.

Há ainda muito trabalho e o faremos honrando nossos compromissos, de forma a garantir os bons resultados obtidos até aqui. Gostaríamos de agradecer aos Acionistas e demais parceiros pela confiança e especialmente aos nossos empregados, que ajudam a manter a Samarco com toda sua força e jovialidade.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2006	2005	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2006	2005
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades	3	9.559	13.555	Fornecedores			
Contas a receber	4	534.267	409.262	Mercado interno		106.805	50.012
Estoques	5	83.878	86.603	Mercado externo		971	8.213
Tributos a recuperar	6	59.626	33.433	Adiantamentos sobre contratos de câmbio	10	551.868	694.588
Imposto de renda diferido	16	19.764	19.189	Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	11	67.963	12.011
Despesas antecipadas		2.391	2.858	Encargos financeiros a pagar		36.696	8.255
Outros	7	29.461	9.640	Salários e contribuições sociais		36.426	22.549
Total do ativo circulante		738.946	574.542	Tributos a recolher		8.245	9.466
				Provisão para imposto de renda		20.991	25.258
				Outros		31.635	21.733
				Total do passivo circulante		861.600	852.085
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Exigível a longo prazo:			
Tributos a recuperar	6	91.682	10.118	Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	11	1.070.523	76.515
Imposto de renda diferido	16	45.183	41.670	Tributos a recolher - PAES	13	15.235	15.814
Depósitos judiciais		14.413	48.939	Imposto de renda diferido	16	-	83.569
Outros	7	15.351	11.282	Provisão para contingências e obrigações legais	12	111.012	75.130
		166.629	112.009	Outros		59.850	18.279
Investimento em empresas controladas e coligada	8	47.728	37.440	Total do passivo não circulante		1.256.620	269.307
Imobilizado	9	2.081.346	1.704.385				
Total do ativo não circulante		2.295.703	1.853.834	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14		
				Capital social		297.025	297.025
				Reservas de capital		2.476	2.476
				Reserva de reavaliação		-	386.717
				Reservas de lucros		154.314	293.454
				Lucros acumulados		462.614	327.312
				Total do patrimônio líquido		916.429	1.306.984
TOTAL DO ATIVO		3.034.649	2.428.376	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.034.649	2.428.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros					Total	
	Capital social	Correção monetária especial do imobilizado	Ágio na subscrição de ações	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de reavaliação	Reserva de exaustão incentivada	Legal	Reserva de retenção de lucros		Lucros acumulados
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	297.025	785	1.681	10	405.832	1.517	59.404	232.533	-	998.787
Realização do parcel da reserva de reavaliação, líquida dos efeitos fiscais	-	-	-	-	(19.115)	-	-	-	19.115	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.219.633	1.219.633
Destinação do lucro líquido: Distribuição de dividendos (R\$173,83 por ação ordinária e R\$191,21 por ação preferencial) (nota 14)	-	-	-	-	-	-	-	-	(911.436)	(911.436)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	297.025	785	1.681	10	386.717	1.517	59.404	232.533	327.312	1.306.984
Reversão das reavaliações (nota 9)	-	-	-	-	(386.717)	-	-	-	(8.974)	(395.691)
Reversão da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	(139.140)	139.140	-
Distribuição de dividendos sobre lucros acumulados (R\$26,54 por ação ordinária e R\$29,19 por ação preferencial) (nota 14)	-	-	-	-	-	-	-	-	(139.140)	(139.140)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	986.664	986.664
Destinação do lucro líquido: Distribuição de dividendos (R\$160,66 por ação ordinária e R\$176,73 por ação preferencial) (nota 14)	-	-	-	-	-	-	-	-	(842.388)	(842.388)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	297.025	785	1.681	10	-	1.517	59.404	93.393	462.614	916.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Samarco Mineração S.A. (Companhia) opera um empreendimento integrado que compreende a lavra e a concentração de minério de ferro de baixo teor (Germano/Alegria, Mariana, MG), bem como a movimentação por mineroduto, pelotização e exportação por terminal marítimo (Ponta Ubu, Anchieta, ES). A produção é comercializada, substancialmente, no mercado externo. Os recursos gerados de minério de ferro aproveitáveis por meio da tecnologia de processo atualmente utilizada, cuja lavra era de concessão da Companhia Vale do Rio Doce, foram cedidos à Companhia e são estimados em cerca de 2,6 bilhões de toneladas (informação não auditada). A produção do exercício de 2006 foi de 15,7 milhões de toneladas métricas naturais (2005 - 15,1 milhões de toneladas métricas naturais).

Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, as participações societárias e suas respectivas áreas de atuação são:

- Samarco Iron Ore Europe B.V. (participação direta de 100%) - representação comercial no exterior.
- Usina Hidrelétrica Guilman Amorim S.A. (participação direta de 49%) - geração de energia elétrica.
- Samarco Finance Ltd. (participação direta de 100%) - revenda de minério de ferro adquirido da Companhia para clientes designados e captação de recursos financeiros no mercado internacional para posterior repasse à Companhia.

Aproximadamente 31% da necessidade total de energia elétrica da Companhia é suprida por ativos próprios da Companhia e pela coligada Usina Hidrelétrica Guilman Amorim S.A. (informação não auditada).

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Essas demonstrações financeiras incorporam as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: Norma e Procedimento de Contabilidade 27 (NPC 27) - Apresentação e Divulgações, e Norma e Procedimento de Contabilidade 22 (NPC 22) - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, ambas emitidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em 03 de outubro de 2005. Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram efetuadas determinadas reclassificações para adequá-las aos normativos contábeis acima mencionados, e permitir aos usuários a comparabilidade com o exercício corrente. As principais alterações resultantes da aplicação desses normativos foram as seguintes:

- Apresentação do grupo "Não circulante" no ativo e no passivo;
- Reclassificação dos depósitos judiciais, anteriormente classificados no ativo, para o passivo, como redutor da conta "provisões para contingências", nas situações onde seja aplicável (existência de provisão respectiva). Foram mantidos no ativo os demais depósitos para os quais não havia provisão constituída.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia seguem relacionadas:

(a) Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo
Aplicações financeiras (incluindo as disponibilidades): são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, de acordo com as taxas pactuadas com as

instituições financeiras, até o limite do valor de mercado.

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa: constituída, quando aplicável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas com valores a receber, com base na avaliação individual dos créditos e situação financeira de cada cliente, inclusive seu histórico de relacionamento com a Companhia.
- Estoques: são avaliados ao custo médio das compras ou produção, que não excede aos valores de mercado ou de realização.
- Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos ou, no caso das despesas antecipadas, ao custo.

(b) Investimento em empresas controladas e coligada
Estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras das empresas investidas (vide nota 8).

As demonstrações financeiras de investimentos sediadas no exterior foram elaboradas adotando-se as práticas contábeis compatíveis com as observadas pela Companhia, sendo a conversão para reais feita com base na taxa de câmbio em vigor na data dos balanços. Os ganhos ou perdas decorrentes dessa conversão são registrados no resultado do exercício da Companhia.

(c) Imobilizado
Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, com base em índices oficiais. A depreciação e a amortização do imobilizado são calculadas segundo a expectativa de vida útil dos bens, com base no método das unidades produzidas para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas e segundo o método de depreciação linear para os restantes. Os saldos das rubricas (i) instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos), (ii) mineroduto e sistemas correlatos, (iii) embarcações e (iv) veículos, até 31 de dezembro de 2005, consideravam o resultado de reavaliações procedidas em 2002 e em anos anteriores. Em 2006, a Administração da Companhia, visando alinhar suas práticas às de seus controladores, optou por reverter as reavaliações então registradas contra Lucros Acumulados. Seus efeitos estão demonstrados na nota 9.

(d) Passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, em base "pro rata" dia.

(e) Operações em moeda estrangeira
O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moeda estrangeira consiste na conversão em moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento dos exercícios: 2006 - US\$1,00 = R\$2,1372 e 2005 - US\$1,00 = R\$2,3399.

(f) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.

(g) Lucro por ação
Calculado com base no número total de ações em circulação nas datas dos balanços, independentemente da classificação entre ordinárias e preferenciais.

(h) Uso de estimativas
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e

passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

3. DISPONIBILIDADES

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
Caixa e Bancos		
No país	8.548	2.305
No exterior	-	10.113
Aplicações financeiras	1.011	1.137
	9.559	13.555

4. CONTAS A RECEBER

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
Samarco Finance Ltd.	485.012	347.234
Outros clientes (substancialmente no exterior)	50.584	66.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.329)	(4.222)
	534.267	409.262

5. ESTOQUES

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
Produtos acabados	7.335	6.408
Produtos em elaboração	20.203	15.989
Materiais de consumo e manutenção	55.744	53.037
Adiantamentos a fornecedores	596	11.171
	83.878	86.605

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
ICMS - MG	72.978	32.183
Provisão para perdas sobre ICMS - MG (a)	(7.298)	(3.217)
ICMS - ES	102.658	91.876
Provisão para perdas sobre ICMS - ES (b)	(91.053)	(91.876)
PIS e COFINS	73.723	14.409
Outros	300	176
Total	151.308	43.551

Ativo circulante (59.626) (33.433)

Ativo não circulante 91.682 10.118



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

2006

(a) A Companhia substituiu Administração para perdas sobre ICMS do Estado de Minas Gerais com base nas expectativas da Administração para a realização de tais créditos, principalmente através da transferência destes para terceiros.

(b) Tendo em vista o histórico de não realização dos créditos de ICMS do Estado do Espírito Santo, a Companhia opta por constituir provisão para perdas de 100% sobre tais créditos. O saldo excedente de créditos de ICMS do Estado do Espírito Santo em 31 de dezembro de 2006, em relação à provisão constituída, refere-se à expectativa de realização desses créditos através da quitação de autuações, conforme detalhado abaixo.

Em 2006, a Companhia utilizou créditos acumulados de ICMS no montante de R\$22.903 mil para encerrar processos referentes à cobrança de multa por descumprimento de obrigação acessória na transferência de energia elétrica da PCH Muniz Freire (ES) para a sua unidade de Ponta Ubu, Anchieta (ES). Neste mesmo contexto, a Administração possui expectativa de utilização de créditos de ICMS no montante de R\$11.605 mil para a quitação de autuações de mesma natureza das supracitadas que, atualmente, encontram-se em trâmite na esfera administrativa de julgamento e com liquidação pendente de homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo (vide comentário sobre a provisão constituída na nota 12). Adicionalmente, créditos no montante de R\$12.640 mil foram revertidos para ajuste dos saldos contábeis aos livros de apuração de ICMS. Em 2005, créditos de ICMS no montante de R\$29.164 mil foram utilizados como parte da liquidação de processos de ICMS diferencial de alíquota instaurados pela Secretaria Estadual da Fazenda do Espírito Santo.

Por conseguinte, a Companhia reverteu a provisão para perdas anteriormente constituída, no montante de R\$47.148 mil em 2006 e R\$29.164 mil em 2005.

A movimentação da provisão para perdas sobre ICMS - ES pode ser assim resumida:

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
Saldo no início do exercício	91.876	96.756
Constituição de provisão para perdas sobre ICMS - ES oriundo das operações no exercício	46.325	24.284
Reversão de provisão para perdas sobre ICMS	(47.148)	(29.164)
Saldo no final do exercício	91.053	91.876

7. OUTROS ATIVOS

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
Circulante		
Adiantamentos a empregados	1.815	1.558
Ganhos não realizados - derivativos (b)	11.639	-
Partes relacionadas	10.037	3.180
Outros	5.970	4.902
	29.461	9.640
Não circulante		
COHESA (a)	12.565	9.733
Ganhos não realizados - derivativos (b)	377	-
Outros	2.409	1.549
	15.351	11.282

(a) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, através de convênio para implantação de plano habitacional, assinado em 1º de março de 1994, objetivando o financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 12 anos. Os valores são atualizados pelos índices de correção salarial coletivos praticados pela Companhia e serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados.

(b) Em 2006, a Companhia contratou operações de derivativos na modalidade NDF ("non derivable forward"). Vide maiores detalhes na nota 20.

8. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADA

As investimentos relacionadas aos investimentos em empresas controladas e coligada são como segue:

	Usina Hidrelétrica Guilman Amorim S.A. (a)	Samarco Finance Ltd. (b)	Samarco Iron Ore Europe B.V. (c)	Total
Quantidade ações ou quotas possuídas:				
2006	490	50.000	18.000	
2005	490	50.000	18.000	
Participação no capital social - %:				
2006	49	100	100	
2005	49	100	100	
Capital social (R\$ mil):				
2006	37.450	97	57	
2005	37.450	97	57	
Patrimônio líquido contábil (R\$ mil):				
2006	77.211	9.517	825	
2005	65.583	9.180	612	
Lucro líquido do exercício (R\$ mil):				
2006	35.889	1.133	651	
2005	64.233	5.096	768	
Saldo contábil do investimento (R\$ mil):				
2006	37.386	9.517	825	47.728
2005	27.648	9.180	612	37.440
Dividendos propostos / recebidos (R\$ mil):				
2006	16.181	-	-	16.181
2005	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial (R\$ mil):				
2006	25.919	337	213	26.469
2005	23.129	2.267	(445)	24.951

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
Quantidade ações ou quotas possuídas:		
2006	490	50.000
2005	490	50.000
Participação no capital social - %:		
2006	49	100
2005	49	100
Capital social (R\$ mil):		
2006	37.450	97
2005	37.450	97
Patrimônio líquido contábil (R\$ mil):		
2006	77.211	9.517
2005	65.583	9.180
Lucro líquido do exercício (R\$ mil):		
2006	35.889	1.133
2005	64.233	5.096
Saldo contábil do investimento (R\$ mil):		
2006	37.386	9.517
2005	27.648	9.180
Dividendos propostos / recebidos (R\$ mil):		
2006	16.181	-
2005	-	-
Resultado de equivalência patrimonial (R\$ mil):		
2006	25.919	337
2005	23.129	2.267

A movimentação dos investimentos no ano é como segue:

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
Saldo inicial	37.440	12.489
Resultado de equivalência patrimonial	26.469	24.951
Dividendos propostos / recebidos	(16.181)	-
Saldo final	47.728	37.440

(a) Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possui lucro não realizado em seus estoques relacionado ao custo de energia elétrica decorrente da operação de arrendamento com a coligada Usina Hidrelétrica Guilman Amorim S.A. no montante de R\$447 mil (2005 - R\$446 mil).

(b) Em 31 de dezembro de 2006, a controlada Samarco Finance Ltd. possui lucro não realizado em seus estoques decorrente da aquisição de produtos junto à Companhia no montante de R\$26.011 mil (2005 - R\$20.725 mil) o qual, em conformidade ao disposto no artigo 248 da Lei nº 6.404/76, não foi ajustado pela Companhia para efeitos de avaliação de seu investimento na referida controlada.

(c) As informações da controlada Samarco Iron Ore Europe B.V. relativas a 2006 se referem à data-base 31 de dezembro de 2006. Já as informações relativas a 2005 se referem à data-base 30 de novembro de 2005. Desta forma, o resultado de equivalência patrimonial da referida controlada apresentado como de 2006 contempla o resultado auferido neste exercício acrescido do resultado do 30 de dezembro de 2005.

9. IMOBILIZADO

	2006		2005		
	Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido	Vida útil Estimada (em anos)
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	
Terrenos	17.956	-	17.956	17.873	
Direitos de Passagem	1.825	-	1.825	1.825	
Direitos minerários	12.763	(7.033)	5.730	6.353	20
Outros direitos	562	(557)	5	5	15
Descomissionamento de planta	5.984	(95)	5.889	-	32
Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	1.198.965	(488.101)	710.864	1.028.736	23 a 43
Minerado e sistemas correlatos	349.789	(204.516)	145.273	278.325	20 a 43
Móveis e utensílios	19.168	(7.198)	11.970	2.044	8
Embarcações	5.663	(2.176)	3.487	3.307	9 a 26
Veículos	21.150	(18.378)	2.772	2.424	4 a 25
Ferramentas	2.817	(1.362)	1.455	113	25
Imobilizado em andamento (a)	94.501	-	94.501	149.372	
Imobilizado em andamento - terceira usina de pelotização (a)	581.054	-	581.054	43.145	
Adiantamentos a fornecedores - terceira usina de pelotização (a)	498.565	-	498.565	178.603	
Provisão para baixa de ativo imobilizado	-	-	-	(7.740)	
	2.810.762	(729.416)	2.081.346	1.704.385	

(a) O imobilizado em andamento e os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à construção da terceira usina de pelotização, além dos projetos de otimização Fazendão, transportadores de bancada, entre outros.

(b) Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possui bens dados em garantia no montante aproximado de R\$146.156 mil.

Em 2006 a Companhia, tendo assim o aumento do saldo remanescente dos seus respectivos ativos pelos montantes de R\$8.974 mil, R\$6.011 mil, R\$225.806 mil, R\$209.958 mil e R\$28.511 mil, respectivamente, totalizando R\$479.260 mil e, consequentemente, tendo revertido os saldos das correlatas contas de reservas de reavaliação e IR diferido contra lucros acumulados. O efeito líquido no patrimônio líquido decorrente da referida reversão foi de R\$395.691 mil (vide nota 14 c).

Para melhor comparabilidade demonstramos abaixo os saldos de 2005, ajustados, considerando os efeitos decorrentes da reversão das reavaliações:

	2006	2005	2005
	R\$ mil	R\$ mil	ajustado R\$ mil
Imobilizado	2.081.346	1.704.385	1.225.125
Imposto de renda diferido (ELP)	-	-	83.569
Reserva de reavaliação	-	386.717	-
Lucros acumulados	462.614	327.312	318.338
Resultado do exercício	986.664	1.219.633	1.238.748

10. ADIANTAMENTOS SOBRE CONTRATOS DE CÂMBIO

Os adiantamentos sobre contratos de câmbio destinam-se, substancialmente, a financiamentos para capital de giro. Os vencimentos destes adiantamentos estão previstos para o período de janeiro a dezembro de 2007, cuja liquidação se dará através da exportação de produtos da Companhia. Tais financiamentos são denominados em dólares norte-americanos e estão sujeitos a juros de 5,06% a 5,85% ao ano (2005 - de 4,07% a 5,10% ao ano). Os juros fixos, no momento da captação dos recursos, são estabelecidos tendo como base a LIBOR em vigor à época.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
Pré-pagamento de exportações		
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	-	7.800
Banco Itaú S.A. - Europa	64.116	70.197
Samarco Finance Limited	1.068.600	-
	1.132.716	77.997
Construção de usina hidrelétrica própria - Muniz Freire International Finance Corporation - IFC	5.770	10.529
Total	1.138.486	88.526
Passivo circulante	(67.963)	(12.011)
Passivo não circulante	1.070.523	76.515

	2006			2005		
	Provisão	Depósitos Judiciais R\$ mil	Líquido	Provisão	Depósitos Judiciais R\$ mil	Líquido
Provisão para contingências:						
Ações tributárias						
ICMS - Multa - Muniz Freire - ES (a.1)	11.605	-	11.605	-	-	-
IRPJ - IRRF - (a.2)	16.254	-	16.254	-	-	-
Honorários advocatícios (a.3)	9.902	-	9.902	8.952	-	8.952
Outros	7.353	-	7.353	1.213	-	1.214
Ações trabalhistas	619	(427)	192	267	(267)	-
Ações ambientais	118	-	118	-	-	-
	45.851	(427)	45.424	10.432	(267)	10.166
Obrigações legais:						
Ações tributárias						
IRPJ - Plano Verão (b.1)	7.283	-	7.283	-	-	-
IRPJ - Plano Real (b.2)	35.651	-	35.651	32.951	-	32.951
IRPJ - Correção Monetária de Balanço (b.3)	22.341	-	22.341	32.013	-	32.013
Encargo de Capacidade Emergencial - ECE - ES (b.4)	15.089	(15.089)	-	-	-	-
Encargo de Capacidade Emergencial - ECE - MG (b.4)	12.860	(12.547)	313	-	-	-
ICMS - Uso da rede do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - MG (b.5)	18.604	(18.604)	-	-	-	-
	111.828	(46.240)	65.588	64.964	-	64.964
Total	157.679	(46.667)	111.012	75.396	(267)	75.130

(a) Provisões para contingências constituídas pela Companhia:

(a.1) ICMS - Multa - Muniz Freire - A Companhia sofreu autuações referentes à cobrança de ICMS nas operações de transferência de energia elétrica da PCH Muniz Freire, de sua propriedade, para consumo em seu estabelecimento industrial de Ponta Ubu, Anchieta, ES, bem como de multa por falta de emissão de nota fiscal em tais operações. Em 2006, a Companhia não aderiu aos benefícios instituídos pela Lei Estadual nº 8.098/2005, e suas alterações, e finalizou processos que se referem à cobrança de multa por descumprimento de obrigação acessória pela Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo. A transação em questão contempla o pagamento dos valores devidos relativos à multa, supra mencionada, no montante de R\$34.508 mil com créditos acumulados de ICMS, nos termos da citada legislação, tendo sido revertida a provisão para perdas desses créditos. Do montante total das multas, R\$22.903 mil foram homologados e já quitados pela Companhia. Os pedidos de transação apresentados pela Companhia nos processos administrativos encontram-se pendentes de homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo no montante de R\$11.605 mil.

Em relação à cobrança do ICMS, os processos continuam em curso, sendo que o valor atualizado dessas autuações, em 31 de dezembro de 2006, corresponde a aproximadamente R\$21.634 mil (principal, multa e juros). A Companhia, entendendo que são próximos as chances de perda do processo em relação a esta matéria, não constituiu provisão para contingências.

(a.2) IRPJ - IRRF - Em 22 de dezembro de 2005, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria da Receita Federal, sendo que o respectivo montante total, em 31 de dezembro de 2006, é de aproximadamente R\$361.807 mil (principal, multa e juros), já considerada a multa isolada de aproximadamente R\$71.136 mil, abrangendo diversos supostos descumprimentos à legislação fiscal, referentes aos anos calendário de 2000 a 2003. Algumas das matérias tratadas nos autos de infração referem-se a processos já em curso nos quais a Companhia é parte, tais como a dedução nas apurações fiscais da depreciação, exaustão, amortização e baixas dos ativos permanentes relativos aos Planos Verão, Real e Correção Monetária de Balanço (vide itens (b.1), (b.2) e (b.3) abaixo, respectivamente). Adicionalmente, outros assuntos foram tratados nestas autuações, tais como (i) glosa de determinadas despesas operacionais; (ii) incidência do IRPJ sobre os créditos recebidos nas operações de cessão e transferência de ICMS; (iii) reflexos dos itens (i) e (ii) na base de cálculo de CSLL e IRRF; e (iv) utilização supostamente indevida da alíquota do lucro decorrente de exportações incentivadas.

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisão de R\$16.254 mil, montante este considerado como suficiente para cobrir as perdas potenciais com os diversos assuntos objeto dessas autuações.

(a.3) Honorários advocatícios - A Companhia constitui provisão relacionada a desembolsos futuros para seus assessores legais, tendo em vista os processos cujos prognósticos de perda são considerados remotos.

(b) Obrigações legais reconhecidas pela Companhia:

(b.1) IRPJ - Plano Verão - Amparada por medida judicial, a Companhia decidiu manter o procedimento de deduzir os valores relativos à depreciação, exaustão e baixas dos ativos permanentes na apuração do IRPJ, mediante a aplicação da variação do IPC de janeiro de 1989.

(b.2) IRPJ - Plano Real - A Companhia reivindica judicialmente que, na apuração do IRPJ, possa aplicar a variação do IGP-M referente aos meses de julho e agosto de 1994 (com reflexos nos exercícios seguintes) na dedução das parcelas relativas à depreciação, exaustão e baixas do ativo permanente.

(b.3) IRPJ - Correção Monetária de Balanço - Amparada por medida judicial, a Companhia decidiu manter o procedimento de corrigir monetariamente os valores referentes à depreciação, exaustão, amortização e baixa dos ativos permanentes na apuração do IRPJ, mesmo após a edição da Lei nº 9.249/95, que determinou a sua suspensão.

(b.4) Encargo de Capacidade Emergencial - ECE - ES e MG - A Companhia pleiteia judicialmente a inconstitucionalidade e ilegalidade da exigência dos encargos de capacidade emergencial e aquisição de energia elétrica emergencial, em virtude da existência de vícios técnicos quando da instituição destas exações.

(b.5) ICMS - Uso da rede do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - MG - A Companhia discute judicialmente a legalidade da cobrança do ICMS sobre o direito de uso das linhas de transmissão de energia elétrica.

(c) Processos relevantes encerrados em 2005:

(c.1) ICMS - diferencial de alíquota - ES - A Companhia foi autuada pela Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo em virtude de não haver recolhido o ICMS referente ao diferencial de alíquota na aquisição de mercadorias provenientes de outros Estados e destinadas ao consumo e à incorporação ao ativo fixo. Utilizando-se dos benefícios concedidos pela Lei Estadual nº 7.965/04, a Companhia promoveu em 2005 o pagamento do valor discutido mediante a utilização de créditos acumulados de ICMS no montante de R\$29.164 mil para a quitação do principal e juros, e de dinheiro, no montante de R\$9.956 mil, para quitação de 50% da multa remanescente ao perdão dos demais 50%. A reversão da provisão anteriormente constituída, deduzida da multa paga, gerou, no resultado de 2005, um efeito positivo de R\$20.512 mil, que foi registrado na rubrica outros créditos operacionais.

(c.2) PIS e COFINS - A Companhia estava discutindo judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que determinaria a ampliação das bases de cálculo da COFINS e da contribuição ao PIS, dentre outros. Em 12 de dezembro de 2005, houve decisão final favorável à Companhia, já transitada em julgado, tendo sido decretada a inconstitucionalidade do dispositivo legal que modificou as bases de cálculo das contribuições acima mencionadas. Tendo em vista a impossibilidade de interposição de recursos pela União Federal, a Companhia reverteu em 31 de dezembro de 2005 a provisão anteriormente constituída na rubrica outras receitas operacionais. Os depósitos judiciais relativos a esta demanda, no montante de R\$14.222 mil, não foram resgatados pela Companhia até 31 de dezembro de 2006, permanecendo registrados na respectiva rubrica, no realizável a longo prazo.

(d) Outros processos relevantes em andamento:

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas como possíveis, sendo os principais:

(d.1) CSLL - A Companhia recebeu autos de infração e execuções fiscais referentes à suposta falta de recolhimento da CSLL nos anos calendário de 1991, 1992, 1995 a 1998, e 2000 a 2003. O valor atualizado destes processos, em 31 de dezembro de 2006, corresponde a aproximadamente R\$479.402 mil (principal, multa e juros), já contemplada a multa isolada de aproximadamente R\$75.890 mil. Os processos referentes a CSLL, citados acima, constituem uma nova cobrança pela União Federal da mesma contribuição, desconsiderando o princípio jurídico da coisa julgada, uma vez que a Companhia já obteve anteriormente decisões favoráveis em ação ordinária declaratória de inexistência de obrigação tributária e em ação rescisória proposta pela União Federal.

(d.2) CFEM - A Companhia foi autuada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, por alegado

(d) Lucros acumulados e reserva de retenção de lucros

A Administração, em 31 de dezembro de 2006, propôs a retenção de parte dos lucros do exercício no valor de R\$135.302 mil, registrada na rubrica lucros acumulados (R\$327.312 mil em 2005). Os valores supracitados foram retidos para fazer face aos investimentos da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e suportada por orçamento de investimento de capital, que inclui, principalmente, a expansão da capacidade produtiva através da construção da terceira usina de pelotização.

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
Tributárias	(6.042)	(1.909)
Provisão para perdas sobre ICMS - ES e MG (nota 6)	(50.406)	(26.030)
ICMS (nota 12)	(18.604)	20.512
Encargo de capacidade emergencial - ES e MG (nota 12)	(27.949)	-
IRPJ - IRRF (nota 12)	(16.254)	-
Participações dos empregados	(28.975)	(14.069)
Gastos com pesquisas	(18.896)	-
Royalties (nota 18)	(39.261)	(41.764)
Outras, líquidas	(12.400)	(9.848)
Total	<u>(218.787)</u>	<u>(73.108)</u>

16. IMPOSTO DE RENDA

A Companhia está sujeita à tributação do imposto de renda pela alíquota de 18% sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas e 25% sobre a parcela não incentivada.

(a) Imposto de renda diferido

A Companhia possui imposto de renda diferido registrado no ativo circulante e realizável a longo prazo, constituído sobre provisões temporariamente indedutíveis pelas alíquotas de 18% e 25%, de acordo com a aplicação de cada provisão como ajuste do lucro decorrente de exportações incentivadas ou ajuste do lucro real, respectivamente.

Em consonância ao mencionado na nota 9, a Companhia procedeu ao estorno do imposto de renda diferido registrado no passivo exigível a longo prazo, constituído em função das reservas de reavaliação então registradas.

Valores constituídos pela alíquota de	2006			2005		
	25%	18%	Total	25%	18%	Total
Provisão para perdas ICMS (nota 6)	24.588	-	24.588	23.773	-	23.773
Imposto de renda diferido - prejuízo fiscal de exercícios anteriores (i)	11.066	-	11.066	11.066	-	11.066
Provisão IRPJ, Planos Real, Plano Verão e CMB (multa e juros) (nota 12)	1.474	2.094	3.568	5.740	1.171	6.911
Provisão para participação nos resultados (PLR)	5.875	-	5.875	2.727	-	2.727
Provisão para encerramento das atividades	5.456	-	5.456	3.957	-	3.957
Provisão para honorários advocatícios (nota 12)	2.476	-	2.476	2.238	-	2.238
Provisão para perdas Eletrobrás	1.185	-	1.185	1.185	-	1.185
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 4)	332	-	332	1.057	-	1.057
Provisão para perdas - AIRE	1.058	-	1.058	1.058	-	1.058
Provisão energia elétrica	2.073	-	2.073	-	-	-
Provisão IRPJ - IRRF (nota 12)	1.945	-	1.945	-	-	-
Provisão ICMS TUSD-MG (nota 12)	-	3.349	3.349	-	-	-
Outras	1.974	2	1.976	6.848	39	6.887
Total	59.502	5.445	64.947	59.649	1.210	60.859
Ativo circulante	<u>(19.764)</u>	-	<u>(19.764)</u>	<u>(19.189)</u>	-	<u>(19.189)</u>
Ativo não circulante	<u>39.738</u>	<u>5.445</u>	<u>45.183</u>	<u>40.460</u>	<u>1.210</u>	<u>41.670</u>
Reserva de reavaliação - exigível a longo prazo	-	-	-	-	-	<u>83.569</u>

(i) A Companhia possui registrado imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal de exercícios anteriores relativo aos valores indevidamente compensados no passado sem a limitação de 30%, e incluídos no PAES (vide nota 13).

(b) Imposto de renda no resultado

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
Lucro antes do imposto de renda	1.224.151	1.468.470
Adições (exclusões) permanentes:		
Equivalência patrimonial	(26.469)	(24.951)
Multas fiscais IRPJ e ICMS - ES	46.801	(10.749)
Lucros auferidos no exterior	1.721	5.096
Outras	7.208	(7.039)
Lucro decorrente de exportações incentivadas	<u>(1.180.390)</u>	<u>(1.427.849)</u>
Base de cálculo	73.022	2.978
Alíquota efetiva	25%	25%
Imposto de renda apurado	18.256	745
Imposto sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas (alíquota de 18%)	212.470	257.013
Ajuste provisão IRPJ 2005	-	(8.921)
Provisão IRPJ - IRRF e plano verão - principal (vide nota 12)	<u>6.761</u>	-
Total da despesa de imposto de renda	<u>237.487</u>	<u>248.837</u>

17. BENEFÍCIOS A APOSENTADOS

Conforme determina a Norma e Procedimento de Contabilidade 26 (NPC 26), emitida pelo IBRACON, a Companhia divulga as informações previstas no parágrafo 81 da referida norma.

(a) Política contábil do reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais
A Companhia registra as despesas e obrigações relacionadas aos benefícios de aposentadoria oferecidos aos seus empregados ao se aposentarem com base em laudo de avaliação atuarial específico. O saldo das obrigações está registrado na rubrica outros passivos no exigível a longo prazo.

A Companhia optou pelo não reconhecimento imediato no patrimônio líquido, conforme faculta a supracitada norma, e vem amortizando o custo do serviço passado, apurado na data-base de 31 de dezembro de 2001, em 5 anos desde de 2002.

(b) Descrição geral das características dos planos de benefícios

O laudo de avaliação atuarial apurou os benefícios de aposentadoria considerando as definições constantes nos regulamentos no que diz respeito às elegibilidades, fórmulas de benefício e formas de reajuste do seguinte plano:

• Plano de Benefícios ValiaPrev, gerido pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

Plano de contribuição definida para benefícios de aposentadoria por tempo normal e aposentadoria antecipada, e de benefício definido para cobertura de invalidez de participantes ativos, de morte de participantes ativos e aposentados e de abono anual dos participantes aposentados ou beneficiários.

O Plano de Benefícios ValiaPrev engloba os seguintes benefícios:

- Renda de aposentadoria normal;
- Renda de aposentadoria antecipada;
- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão por morte;
- Renda de pensão por morte;
- Renda de benefício diferido por desligamento;
- Suplementação de abono anual;
- Renda de abono anual; e
- Resgate.

O laudo atuarial avaliou as suplementações de aposentadoria por invalidez, de pensão por morte e de abono anual, denominadas Plano de Risco.

(c) Passivo reconhecido no balanço

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(4.218)	(7.544)
Valor justo dos Ativos	4.444	3.298
Valor líquido dos (ganhos) / perdas não reconhecidas no balanço	(3.387)	1.277
Valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço	-	519
Passivo reconhecido em 31 de dezembro	<u>(3.161)</u>	<u>(2.450)</u>

(d) Demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
Passivo em 31/12/2005	(2.450)	(1.460)
Despesas reconhecidas em 2006	(1.460)	749
Contribuições da Companhia em 2006	749	(3.161)
Passivo reconhecido em 31/12/2006	<u>(3.161)</u>	<u>(3.161)</u>

(e) Despesas reconhecidas nas demonstrações dos resultados

	2006	2005
	R\$ mil	R\$ mil
Custo do serviço corrente	583	369
Custo dos juros	808	461
Rendimento esperado do ativo do plano	(486)	(257)
Amortização do custo do serviço passado	555	519
Total	<u>1.460</u>	<u>1.092</u>

(f) Hipóteses Atuariais

	2006	2005
Econômicas:		
Taxa de desconto	- 10,24 % ao ano	- 10,77 % ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos	- 10,24 % ao ano	- 13,57 % ao ano
Crescimentos salariais futuros	- 5,04 % ao ano até 47 anos - 4,00 % ao ano a partir de 48 anos	- 5,55 % ao ano até 47 anos - 4,50 % ao ano a partir de 48 anos
Crescimento dos benefícios da previdência social	- 4,0 % ao ano	- 4,5 % ao ano
Inflação	- 4,0 % ao ano	- 4,5 % ao ano
Fator de capacidade:		
Salários	- 99%	- 99%
Benefícios	- 99%	- 99%
Demográficas:		
Tábua de Mortalidade	- AT-1983 (H)	- AT-1983 (H)
Tábua de Mortalidade de Invalídios	- AT-1983 (H)	- AT-1983 (H)
Tábua de Entrada em Invalidez-	- Álvaro Vindas agravada de 2,5	- Álvaro Vindas agravada de 2,5
Tábua de Rotatividade	- 1% Rotatividade média anual (i)	- 1% Rotatividade média anual (i)
Idade de Aposentadoria	- Primeira idade com direito a um dos benefícios	- Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	- 95%	- 95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	- Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	- Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

(i) Tábua Towers Perrin ajustada em 63,4%. Esse ajuste foi realizado para melhor refletir a rotatividade dos empregados da Companhia.

18. PARTES RELACIONADAS

(a) Os saldos e operações mais relevantes com Acionistas e com partes relacionadas, incluídos nas demonstrações financeiras, podem ser assim resumidos:

	2006					2005
	R\$ mil					R\$ mil
	Samarco Finance Ltd.	Companhia Vale do Rio Doce	Usina Hidrelétrica Guilman-Amorim S.A.	Samarco Iron Ore Europe B.V.	BHP Billiton Brasil Ltda.	Total
Balanco patrimonial						
Ativo circulante						
Contas a receber	485.012	-	-	-	-	485.012
Outros	10	4.024	4.177	1.415	-	9.626
Ativo não circulante						
Imobilizado (juros e variação cambial capitalizados)	39.046	-	-	-	-	39.046
Passivo circulante						
Fornecedores - mercado interno e outros	-	8.104	-	1.041	-	9.145
Encargos financeiros a pagar	18.786	-	-	-	-	18.786
Outras contas a pagar	15.084	26	-	-	-	15.110
Passivo Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (b)	1.068.600	-	-	-	-	1.068.600
Outras contas a pagar	28.852	-	-	-	-	28.852
Demonstração do resultado						
Receita bruta das vendas	2.174.428	-	-	-	-	2.174.428
Despesas financeiras	(1.406)	(111)	-	-	-	(1.517)
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-
Despesas comerciais	(67.513)	-	-	(11.574)	-	(79.087)
Royalties (c)	-	(39.261)	-	-	-	(39.261)
Variações monetárias e cambiais sobre ativos	(12.146)	-	-	49	-	(12.097)
Variações monetárias e cambiais sobre passivos	118	-	-	(5)	-	113
Compras	-	(132.991)	(28.618)	-	-	(161.609)

(b) Em 31 de julho de 2006, a Companhia contratou junto à controlada Samarco Finance Ltd. operação de pré-pagamento de exportações no montante total de US\$800 milhões, emitindo nota promissória no valor contratado, constituindo-se a garantia da operação. Como condição irrevogável, a Companhia se obriga a exportar para a controlada Samarco Finance Ltd. a qual deverá revender os produtos adquiridos aos parceiros comerciais designados no contrato. Até 31 de dezembro de 2006, foram captados US\$500 milhões. A operação deverá ser amortizada em parcelas semestrais de 2010 a 2013, sujeita a juros constituídos pela taxa LIBOR acrescida de margem variável entre 0,45% a 0,75% ao ano.

(c) A Companhia paga royalties para a acionista Companhia Vale do Rio Doce pela cessão de direitos minerários sobre os recursos geológicos de minério de ferro. Estes royalties são calculados pela razão de 4% sobre os dividendos distribuídos.

19. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia manter cobertura de seguros por valores que considera adequados para fazer face aos riscos envolvidos. A Companhia adota o seguro de riscos operacionais, que garante indenização contra danos materiais e perda de receita bruta (interrupção da produção decorrente de acidentes).

O valor dos bens cobertos corresponde a R\$2.595.945 mil em 31 de dezembro de 2006 (2005 - R\$2.311.426 mil) e o limite máximo de indenização é de R\$530.983 mil no mesmo período (2005 - R\$527.503 mil).

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia possui instrumentos financeiros inerentes às suas operações, representados por disponibilidades, contas a receber, investimentos, derivativos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

(a) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é obtido através da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento.

(b) Risco de taxa de câmbio

Em 2006 a Companhia contratou operações de derivativos através de contratos na modalidade NDF (Non Deliverable Forward) para proteção contra oscilações da taxa de câmbio em seus fluxos de caixa futuro denominados em dólares norte americanos. Em 31 de dezembro de 2006, o valor nominal contratado dessas operações totalizavam R\$1.121.792 mil equivalentes a US\$519.558 mil.

Em 31 de dezembro de 2006, os resultados não realizados apurados nestas operações correspondem a ganhos de R\$11.639 mil e R\$377 mil, registrados no ativo circulante e não circulante, respectivamente, e perdas de R\$593 mil e R\$29 mil, registradas no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2006, foi apurado o valor de mercado no montante de R\$50.788 mil. A Companhia possui os seguintes ativos e passivos em moeda estrangeira (dólar norte americano), os quais podem afetar o resultado da mesma pela variação da taxa de câmbio:

	Em milhares de dólares norte-americanos	
	2006	2005
Ativos		
Disponibilidades	-	4.322
Contas a receber (líquido de provisão para créditos de liquidação duvidosa)	249.972	174.505
Passivos		
Fornecedores	(454)	(3.510)
Empréstimos e financiamentos (inclui adiantamentos sobre contratos de câmbio e respectivos encargos financeiros)	(808.090)	(338.206)
Exposição líquida	<u>(558.572)</u>	<u>(162.889)</u>

A exposição em dólares norte-americanos demonstrada acima deverá ser compensada pelo saldo líquido verificado entre as contas de exportação e de importação a serem realizadas no exercício de 2007, conforme previsão abaixo (informação não auditada):

	Em milhares de dólares norte-americanos	
	2006	2005
Exportação	1.183.320	-
Importação	(96.663)	-
Saldo líquido	<u>1.086.657</u>	-

(c) Risco de preço

O preço das pelotas de minério de ferro, principal produto da Companhia, são fixados através de negociações anuais junto aos seus clientes.

(d) Risco de taxa de juros

Todos os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2006 são denominados em dólares norte-americanos, sendo aproximadamente US\$265 milhões a taxas fixas e US\$543 milhões a taxas flutuantes correspondentes à variação da LIBOR acrescida de "spread" contratual (2005 - US\$ 300 milhões a taxas fixas e US\$ 38 milhões a taxas flutuantes correspondentes à variação da LIBOR acrescida de "spread" contratual).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBROS EFETIVOS:

CHRISTOPHER JAMES LYNCH - PRESIDENTE
JOSÉ CARLOS MARTINS - VICE PRESIDENTE
CLOVIS TORRES JUNIOR
SEBASTIÃO HENRIQUE UBALDO RIBEIRO

SUPLENTES:

FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA
JOHN DUNBAR SLAVEN
MICHAEL JOHN AMUNDSEN

DIRETORIA

JOSÉ TADEU DE MORAES

Diretor Presidente

ROBERTO LÚCIO NUNES DE CARVALHO

Diretor Comercial

PAULO JOSÉ BARROS RABELO

Diretor de Desenvolvimento e Planejamento

RICARDO VESCOVI DE ARAGÃO

Diretor de Operações

RESPONSÁVEL TÉCNICO

PETRÔNIO LANARE DE PAULA - Contador - CRC-MG 31.972/O

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Samarco Mineração S.A.
Belo Horizonte - MG

- Examinamos os balanços patrimoniais da Samarco Mineração S.A., levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Samarco Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2007

DELOITTE TOUCHE TO